



QUADRO REGIONAL DE PLANIFICAÇÃO PARA SITUAÇÕES DE RISCOS MÚLTIPLOS PARA O PERÍODO

2022 - 2030

Janeiro de 2023



Índice

LISTA DE ACRÓNIMOS	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE TABELAS	5
1. INTRODUÇÃO	6
1.1 CONTEXTO GERAL	6
1.2. GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA	8
1.3. ECONOMIA DA SADC	9
1.4. HISTÓRICO RECENTE DE DESASTRES	11
2. ANÁLISE DE RISCO DE DESASTRES NA REGIÃO DA SADC	13
3. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE	16
4. ANÁLISE DE PREPARAÇÃO E CAPACIDADE DE RESPOSTA	18
4.1 FUNÇÃO E CAPACIDADE DO SECRETARIADO DA SADC	19
5. QUADRO REGIONAL DE PLANIFICAÇÃO DE CONTINGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE RISCOS MÚLTIPLOS PARA O PERÍODO (2022- 2030)	20
5.1. OBJECTIVOS DO QUADRO REGIONAL PARA SITUAÇÕES DE RISCOS MÚLTIPLOS	21
5.1.1. <i>Objectivos específicos</i>	21
5.2 ÂMBITO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO QUADRO REGIONAL DE CONTINGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE RISCOS MÚLTIPLOS	22
5.2.1. <i>Âmbito</i>	22
5.2.2 <i>Princípios Orientadores de RMHCPF</i>	23
5.3 FUNDAMENTAÇÃO	24
5.3.1. <i>Previsões Sazonais</i>	25
5.3.2. <i>Processo Nacional de Planificação de Contingência</i>	26
5.3.3. <i>Workshop sobre a Planificação Regional de Contingência</i>	26
5.3.4. <i>Desenvolvimento do Plano de Contingência Regional</i>	26
5.3.5. <i>Workshops e Sessões de Preparação com os Estados-Membros Prioritários</i>	26
5.4. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES NO PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO DE CONTINGÊNCIA	27
6. NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTES	29
6.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	29
6.1.1. <i>DESIGNAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTES (NEPs)</i>	29
6.2. FINALIDADE E OBJECTIVOS DAS NEPs DO RMHCP	29
6.3. CENTRO DE OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS E DE EMERGÊNCIA DA SADC	30
6.4. UTILIZADORES A QUE SE DESTINAM AS NEPs E PRESSUPOSTOS	30
6.4.1. <i>Utilizadores a que se destinam as NEPs do RMHCP</i>	30
6.4.2. <i>Pressupostos subjacentes à concepção das NEPs do RMHCP</i>	30
6.5. ESTRUTURA HIERÁRQUICA QUE REGE O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES NA SADC	31
6.6. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES A NÍVEL DO SECRETARIADO DA SADC RELATIVAS À ACTIVAÇÃO DO RMHCP	32
6.7. UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CLUSTER	32
6.7.1. <i>NEP 1 – PROCEDIMENTOS DE ALERTA, NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO DE APELO</i>	32
6.7.2. <i>NEP 2 - ENVIO DE EQUIPAS DE RESPOSTA A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS PARA OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÕES PRELIMINAR</i>	33
6.7.3. <i>NEP 3 – FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS DE EMERGÊNCIA A NÍVEL LOCAL E NACIONAL</i>	33
6.7.4. <i>NEP 4 – DECLARAÇÃO DE UMA CALAMIDADE NACIONAL</i>	33
6.7.5. <i>NEP 5 – NEP DO SHOC ACTIVADO</i>	33
6.7.6. <i>NEP 6 – INSTRUÇÕES / PROCEDIMENTO PARA A EMBALAGEM DE MATERIAL DE AJUDA HUMANITÁRIA</i>	34
6.8. MONITORIZAÇÃO	34
6.9. AVALIAÇÃO	34

7. GUIA PRÁTICO PASSO A PASSO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DA REGIÃO DA SADC	36
ANEXO 2: LISTA DE REFERÊNCIAS	39

LISTA DE ACRÓNIMOS

AAP	Acessibilidade e Responsabilização em Relação às Pessoas Afectadas
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
AML	Alfarroba Migratória Africana
TARV	Observância da Terapia Antiretroviral
CABI	Centro Internacional de Agricultura e Biociências
CAT5	Categoria 5
CDC	Centro para o Controlo de Doenças
COVID-19	Doença do Coronavírus de 2019
DES-RI	Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional
DRM	Gestão de Riscos de Desastres
DPR	Prevenção e Resiliência a Desastres
RDC	República Democrática do Congo
RRD	Redução de Riscos de Desastres
R/GRD	Redução/Gestão de Riscos de Desastres
ENSO	El Nino Oscilação do Sul
EOC	Humanitárias de Operações de Emergência
EVD	Doença do Vírus do Ébola
ERT	Equipa de Resposta a Situações de Emergência
FAW	Lagarta-de-Cereais de Outono
FMD	Febre Aftosa
PIB	Produto Interno Bruto
GIS	Sistema de Informação Geográfica
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
IASC	Comissão Permanente Interagências
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBTrACS	<i>International Best Track Archive for Climate Stewardship</i> (Arquivo Internacional de Rastreamento de Ciclones para a Gestão Climática)
TI	Tecnologias de Informação
Kha	Quilo/Hectare
Mha	Milhões de Hectares
MHCP	Plano de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos
NCP	Ponto de Contacto Nacional
NDMA	Agência Nacional de Gestão de Desastres
ONG	Organizações Não Governamentais
PIO	Técnico de Informação Pública
PLHIVA	Pessoas que Vivem com VIH e SIDA
PoA	Programa de Acção
PPP	Parceria Público-Privada
RAIP	Política Regional de Investimento na Agricultura
RH	Saúde Reprodutiva
RISDP	Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional
RIASCO	Comissão Permanente Interagências Regional
RMHCP	Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos
RMHF	Quadro Regional de Riscos Múltiplos
RMHPP	Plano Regional de Preparação para Situações de Riscos Múltiplos
RSAP	Plano de Acção Estratégico Regional
RVAA	Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional
SARCOF	Fórum Regional de Previsão Meteorológica da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SFDRR	Quadro Sendai para a Redução de Riscos de Desastres
SHOC	Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC
SIPO	Plano Estratégico Indicativo do Órgão
SimEx	Exercício de Simulação

NEPs	Normas de Execução Permanentes
SPHERE	Carta Humanitária e Normas Mínimas na Resposta Humanitária
ITS	Infecções Transmitidas por Via Sexual
SWIO	Sudoeste do Oceano Índico
ONU	Nações Unidas
TdR	Termos de Referência
WASH	Água, Saneamento do Meio e Higiene

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Administrativo da SADC

Figura 2: Tendências de Desastres na África Austral

Figura 3: Ilustração das várias fases de Redução do Risco de Desastres

Figura 4: Hierarquia que Rege o Processo de Tomada de Decisões na SADC

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Riscos Comuns na Região da SADC, identificados por Estado-Membro

Tabela 2: Actividades do Secretariado da SADC e dos seus Parceiros no âmbito da Fase de Aviso Prévio e Preparação

Tabela 3: Actividades de Resposta Genéricas

Tabela 4: Actividades de Recuperação contra Todos os Riscos

Tabela 5: Codificação das cores do material destinado a combater os efeitos de desastres

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO GERAL

A região da África Austral é dotada de uma rica topografia que é caracterizada pela riqueza da sua flora e fauna. Isto é, em grande parte, devido à combinação de condições climáticas tropicais e temperadas que caracteriza a região, precipitação anual, abundância de zonas de litoral marítimo, rios, desertos, savana, florestas e rica fauna bravia. O desempenho socioeconómico da região é impulsionado por vários factores contribuintes, incluindo o turismo, que contribui de forma significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) dos países da região. No entanto, a região também sofre graves choques naturais e ambientais. Estes incluem os impactos relacionados com as alterações climáticas que consistem de desastres naturais, tais como: secas que conduzem à insegurança alimentar; ciclones e tempestades que resultam em inundações; surtos de pragas e doenças que afectam os humanos, as plantas e os animais; incidentes induzidos pelo homem, como acidentes industriais e de transporte, bem como incêndios em campos abertos e conflitos civis. Segundo o Relatório de Síntese de 2022 sobre a situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional na África Austral, a insegurança alimentar afecta 55,6 milhões de pessoas, com taxas de desnutrição a representarem uma média superior a 25% em toda a região. A segurança alimentar é também ameaçada pelos surtos devastadores de gafanhotos migratórios africanos que foram recentemente reportados em alguns Estados-Membros, incluindo Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

De um modo geral, regista-se um aumento em termos de dimensão e frequência dos eventos ciclónicos. Entre 1994 e 2015, foi registado no registo *International Best Track Archive for Climate Stewardship* (IBTrACS) um total de 12 ciclones tropicais de Categoria 5 (CAT5), quatro (4) destes ocorreram entre 2010 e 2015. Um registo recente de ciclone tropical de CAT5, em 2016, demonstrou a intensificação de ocorrência de tempestades e um ligeiro aumento em termos de frequência (Fitchett, 2018). A frequência de ocorrência de ciclones no Sudoeste do Oceano Índico (SWIO) aumentou de uma média de quatro (4) para mais de dez (10) por época desde 2017/2018. Foi observado na bacia do SWIO apenas na época ciclónica de 2018/2019 (15 de Novembro de 2018 -15 de Maio de 2019), foi registado um total de treze (13) sistemas ciclónicos, que incluiu o ciclone tropical Idai, que causou estragos no Malawi, Madagáscar, Moçambique e Zimbabwe. Os ciclones que atingem a costa acompanhadas por tempestades (tempestades de vento e de granizo) trazem chuvas torrenciais e inundações excessivas que destroem vidas, afectam as infraestruturas de desenvolvimento, os bens comunitários e os meios de subsistência, além de perturbar a prestação de serviços essenciais.

Devido ao evento La Niña, em 2020, a região sofreu perturbações e tempestades ciclónicas. Estes incluíram a Tempestade Tropical Chalane que atingiu a zona do litoral no nordeste de Madagáscar a 30 de Dezembro de 2020, causando trovoadas e chuvas torrenciais. O Ciclone Tropical Eloise também atingiu a zona costeira a sul da cidade da Beira, Província de Sofala, a 23 de Janeiro de 2021, e trouxe chuvas fortes e inundações que foram experimentadas em toda a região. Estes fenómenos também afectaram outros países do interior, incluindo Botswana, eSwatini, África do Sul, Zimbabwe e Zâmbia, que também sofreram fortes chuvas e inundações. As inundações que ocorreram em partes da África Oriental e Central de Janeiro a Maio de 2021 levaram ao extravasamento do Lago Tanganyika, resultando em danos a casas, escolas e centros de saúde. Destruiu milhares de abrigos na RDC, Tanzânia e em outros países dos Grandes Lagos.

Há também países na região da SADC, incluindo África do Sul, Angola, Botswana, Comores, RDC, Malawi, Maurícias, Seychelles, Tanzânia e Zimbábwe que experimentam abalos sísmicos e tremores de terra com alta susceptibilidade a aluimentos de terra. Além disso, a região também sofre de epidemias como o ÉBOLA cujos surtos foram reportados na República Democrática do Congo (RDC), enquanto a malária está generalizada juntamente com a febre tifóide, bem como outras doenças diarreicas, como a cólera. Todos estes fenómenos ocorrem num contexto de pandemia global da COVID-19, que até à data ceifou mais de 126.000 vidas e trouxe sérios desafios económicos a todos os 16 Estados-Membros da SADC, segundo CDC-África (2022).

Por outro lado, a região também enfrenta riscos directamente ligados a actividades humanas, como incêndios florestais e a dependência excessiva nos recursos naturais, que resultaram na degradação do meio ambiente e da terra. A maioria destes riscos é agravada e alimentada pelas alterações e pela variabilidade climáticas. Esses riscos e perigos múltiplos de desastres exacerbaram a extensão da vulnerabilidades da região, impedindo que a SADC alcance as suas metas de desenvolvimento definidas.

Embora cada Estado-Membro da região da SADC tenha, no âmbito das suas responsabilidades nacionais, de fazer face a desastres internamente, tornou-se evidente que uma abordagem regional e uma estratégia transfronteiriça seriam mais eficazes e eficientes na abordagem aos múltiplos riscos por todos os membros da comunidade económica. A região envidou esforços, através do Secretariado da SADC, no sentido de desenvolver uma visão regional comum, uma estratégia regional e um plano de acção sem, no entanto, exonerar os Estados-Membros das suas responsabilidades individuais no que respeita à prevenção, preparação, resposta e recuperação rápida de riscos de desastres.

A Visão 2050 da SADC baseia-se no desenvolvimento de estruturas regionais resilientes e intervenções através de instituições e comunidades fortes para a desenvolvimento de resiliência. Os objectivos estratégicos regionais, tal como definidos no Plano de Implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030, sublinham a necessidade de alinhamento com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (SFDRR), com a Agenda 2030 das Nações Unidas e com a Agenda 2063 da União Africana e, por conseguinte, a necessidade de uma melhor gestão do risco de desastres (DRM). O Quadro Regional de Resiliência 2020-2030 da SADC reconhece que a região da SADC tem sido há muito afectada por graves desastres. Reconhece também a importância de elementos fundamentais como governação integrada, crescimento económico consistente, coesão social e participação inclusiva, desenvolvimento de conhecimentos e intercâmbio de informações, como factores necessários para enfrentar as vulnerabilidades institucionais e comunitárias generalizadas. O Plano Regional de Desenvolvimento das Infraestruturas (Sector de Meteorologia) salienta a necessidade de o plano estar em conformidade com o Protocolo da SADC sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia, que estabelece que «*Os Estados-Membros devem desenvolver uma política de meteorologia harmonizada que facilite a cooperação regional, fortaleça a capacidade nacional e garanta o cumprimento dos seus compromissos internacionais*».

Com base nestas aspirações, a SADC reconhece que devem ser tomadas medidas para atenuar os impactos dos potenciais desastres na população. A Comunidade reconhece igualmente que as experiências passadas colocaram em destaque algumas lacunas por parte dos países membros e das comunidades no que respeita à laboração de melhores medidas de preparação e de resposta. Com base nesse reconhecimento, o Secretariado da SADC iniciou o desenvolvimento de mecanismos regionais robustos de preparação e resposta a desastres, que incluem o fortalecimento do sistema de aviso prévio e da estrutura de planificação de preparação para desastres através do desenvolvimento de um Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos (RMHCP). **O RMHCP consiste num Quadro Regional de Planificação contra Múltiplos Riscos para o Período 2022-2030 acompanhado de um Plano Regional de Contingência contra Múltiplos Riscos para o Período 2022-2023.** O presente Plano de Contingência contra Múltiplos Riscos será revisto anualmente, com base nas previsões regionais anuais e nos planos de contingência elaborados pelos Estados-Membros. Considerará os riscos de desastres projectados e outras dinâmicas emergentes, bem como as questões que podem afectar a identificação de riscos de desastres, a preparação, a resposta, a coordenação e a recuperação eficazes como sendo necessárias para melhorar o cenário de gestão de riscos de desastres na região da SADC.

1.2. GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é composta por 16 Estados-Membros: Doze (12) na parte continental e três (4) Estados insulares ao largo da parte Sudoeste do Oceano Índico (SWIO) (Figura 1). Encontra-se localizada na parte Austral de África, projectando-se em direcção ao norte na parte central do continente africano, com apenas a RDC a atingir o equador. Dos 16 membros, seis (6) são países totalmente sem litoral e, por conseguinte, dependem dos seus vizinhos para o acesso ao mar. A interdependência é, portanto, um factor-chave na relação entre os Estados-Membros da região da SADC.

Em 2021, a população da região da SADC tinha cerca de 372 milhões de habitantes, tendo registado um aumento de 9,9% desde 2018 (Banco Mundial, 2021). Os países com a maior população são a RDC (24%), a África do Sul (16%) e a Tanzânia (16%). Estima-se que 3% da população da SADC (cerca de 8 milhões de habitantes) constitui a população migrante da região. A África do Sul tem o maior número de imigrantes provenientes da região, com o país a receber cerca de 58,4% dos imigrantes da SADC. Há um fluxo significativo de trabalhadores imigrantes de países como Malawi, Lesoto, Zimbabwe e eSwatini para o Botswana e a África do Sul, em particular, para os sectores tradicionais, como mineração, mas também cada vez mais em outros sectores emergentes, como finanças e tecnologias de informação (RISDP 2020-2030).

Em 2000, 36,5% da população da região da SADC era classificada como urbana. Este número aumentou para 46,0% em 2020 e prevê-se que atinja 51,4% até 2030. Isto sugere que, entre 2000 e 2020, a população urbana um aumento médio anual de cerca de 3,8%, e entre 2020 e 2030, registará um crescimento anual de 3,7%, o que duplicará a população urbana a cada dezoito anos. Na maioria dos países da SADC, o principal desafio é poder acompanhar este crescimento urbano com as infraestruturas necessárias e os serviços sociais básicos. Prevê-se um crescimento populacional mais lento nas regiões rurais à média de 1,8% por ano, entre

contração de 3,8% no produto interno bruto global (PIB) em 2023 (COVID-19, Relatório Económico da SADC, 2020).

Numa tentativa visando salvar vidas e conter a propagação do vírus, as economias foram forçadas a «Confinamentos Prolongados», que desencadearam a pior recessão desde a Grande Depressão. Os efeitos adversos notáveis da pandemia da COVID-19 incluíram confinamentos económicos, interrupção directa das cadeias de suprimento globais, pouca procura de bens e serviços importados e o declínio regional mais abrangente no turismo internacional e viagens de negócios. Como resultado, a economia mundial contraiu 3,3% em 2020, um resultado muito pior do que durante a Crise Financeira Global de 2009.

De acordo com o Relatório Anual da SADC, as estatísticas mais recentes indicam que os Estados-Membros têm um desempenho inferior no que respeita à realização dos indicadores de convergência macroeconómica acordados. Relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB), os dados preliminares indicam que o crescimento do PIB regional da SADC registou uma contração de 4,7% em 2020. Todos os Estados-Membros registaram uma contração no crescimento real do PIB em 2020, à excepção do Malawi e da República Unida da Tanzânia, que registaram taxas de crescimento mínimo não superiores a 5,5%. Além disso, a inflação anual da região aumentou para uma média de 50% em 2020, de 16,4% em 2019, devido, em grande parte, ao aumento das pressões inflacionistas no Zimbabwe. A inflação média, excluindo o Zimbabwe, foi de 6,8% em 2020. Prevê-se que a taxa de inflação anual na região da SADC registre uma ligeira redução para 15,4% em 2021. Além disso, a dívida pública continuou a aumentar e extravasou o limiar regional de 60% do PIB devido ao enfraquecimento das posições fiscais em 2020. A dívida pública aumentou de 55,5% do PIB, em 2019, para 63,2%, em 2020. Os níveis crescentes da dívida pública colocarão encargos adicionais sobre os recursos dos Estados-Membros, à medida que os custos do serviço da dívida aumentarem. Espera-se que o fardo da dívida dos Estados-Membros da SADC venha a agravar-se, estando previsto que a mesma venha a aumentar ainda mais (Relatório Anual da SADC para o Período 2020-2021).

As Perspectivas Regionais para o Período 2021/22 apontam para um crescimento de 2%, em 2021, e 3,2%, em 2022. A recuperação económica prevista para 2021, e para além deste exercício, depende em grande parte das medidas implementadas para a contenção da propagação da COVID-19 e mitigação dos seus impactos socioeconómicos, que incluem o reforço das capacidades nacionais e regionais de produção de medicamentos, suprimentos médicos, e desenvolvimento de vacinas, bem como o aproveitamento da tecnologia digital em todos os sectores.

Prevê-se que a taxa de inflação anual na região venha a registar uma ligeira redução para 15,4% em 2021. Espera-se que a inflação no Zimbabwe venha a registar um declínio significativo para 134,8% em 2021, de 654,9% em 2020. De um modo geral, prevê-se que, em 2021, os Estados-Membros registarão um desempenho abaixo do esperado na consecução dos indicadores de convergência macroeconómica acordados. «Nós de estrangulamento, tais como, limitação de recursos, e emergências resultantes de estirpes mais contagiosas da Pandemia da COVID-19, também poderão comprometer a recuperação económica e, em última análise, limitar as perspectivas de crescimento da Região e, como tal, a região precisa de permanecer alerta e vigilante» (Relatório Anual da SADC para o Período 2020-2021)

1.4. HISTÓRICO RECENTE DE DESASTRES

A região da SADC continua a experimentar um aumento na ocorrência de incidentes relacionados com desastres, que são agravados pelas crescentes mudanças dos padrões climáticos. A região é altamente susceptível a vários riscos, incluindo inundações, secas, tempestades, ciclones e epidemias. Embora as alterações climáticas sejam um factor determinante para a ocorrência de desastres na região, a sua topografia e localização geográfica também influem na sua propensão para influenciar a ocorrência de fenómenos de risco.

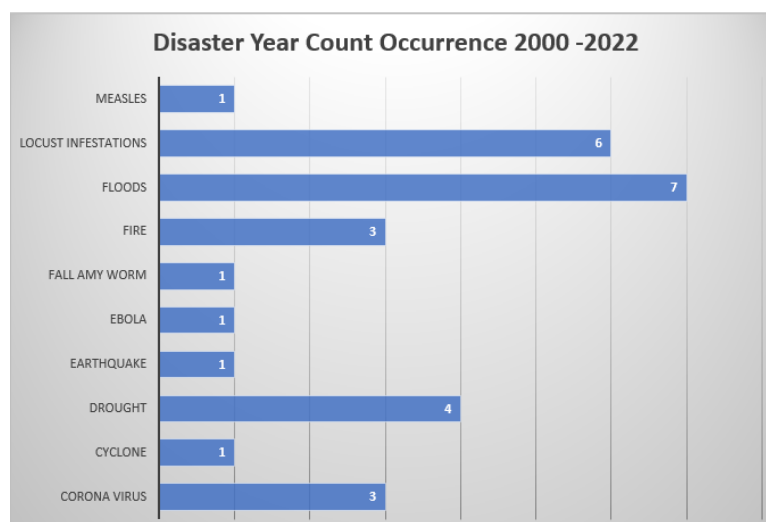


Figura 2: Tendências de Ocorrência de Desastres durante o Período 2000 - 2022

Designada como um «foco» de desastres pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), a África Austral é propensa a frequentes choques climáticos extremos, incluindo secas e inundações. Os países ao longo do Sudoeste do Oceano Índico (SWIO) são particularmente vulneráveis a ciclones – durante a época chuvosa de 2021/22, a faixa costeira desses países foi atingida por cinco tempestades

tropicais ou ciclones. Nos últimos cinco anos, muitas partes da região sofreram secas recorrentes.

A região continuou a ser afectada por múltiplos desastres naturais e causados pelo homem, a maioria dos quais é alimentada pelas alterações e variabilidade climáticas. Cumulativamente, estes desastres estão a atrasar e a inverter os progressos logrados na redução da pobreza e no reforço da resiliência dos meios de subsistência. Os impactos destes desastres são amplificados pelo contexto de vulnerabilidade regional que é sustentado pela pobreza e desigualdades generalizadas, incluindo as disparidades de género (Relatório de Síntese, RVAA da SADC, 2022).

A situação de insegurança alimentar na região registou um agravamento de 7,4% em comparação com os níveis registados durante a seca induzida pelo El Niño no período de 2016/2017. Os países que experimentaram o maior agravamento de insegurança alimentar são a RDC (80%), Moçambique (85%), eSwatini (90%), Zimbabwe (128%) e Zâmbia (144%). Como resultado da insegurança alimentar e nutricional, um grande número de crianças sofre de desnutrição, pois, a sua dieta é à base de cereais e desprovida de micronutrientes vitais, como vitamina A, zinco, ferro, folato e iodo. Na região da SADC, estima-se que 18,6 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade sejam atrofiadas. Isso significa que cerca de uma em cada três crianças com menos de cinco anos de idade é atrofiada. Todos os Estados-Membros da região, excepto as Maurícias e as Seychelles, têm uma prevalência de atrofiamento que é classificada como alta ou extremamente alta pela Organização Mundial de Saúde (SADC RVAA 2022).

Encontra-se infra uma ilustração dos principais eventos de desastres vivenciados pela região nos últimos 20 anos.

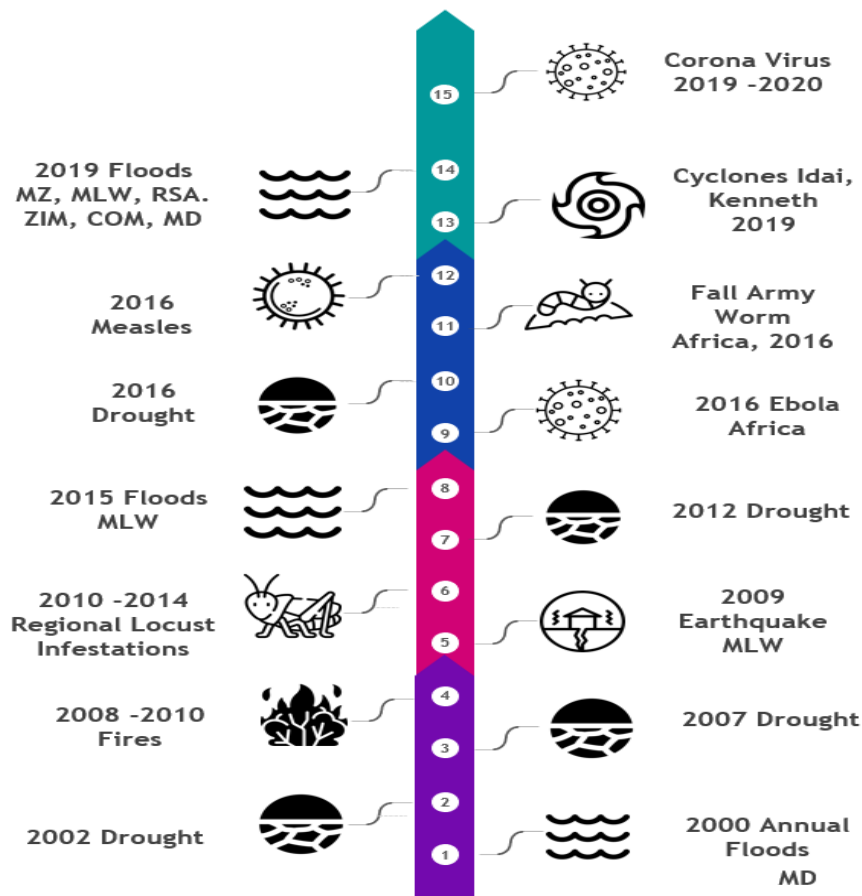


Figura 2: Tendências de Desastres na África Austral (Fonte: Adaptado do relatório da Unidade de DRR da SADC, 2019)

2. ANÁLISE DE RISCO DE DESASTRES NA REGIÃO DA SADC

Compreender a natureza dos desastres que a região enfrenta constitui o primeiro passo para fazer face aos desafios que enfrenta na Redução do Risco de Desastres (DRR). Os desastres na região da SADC incluem secas, inundações, incêndios e epidemias como a COVID-19, o VIH e outros riscos como pragas e doenças dos animais. Alguns são mais pronunciados e frequentes, enquanto outros são menos frequentes com menor dimensão em termos de impacto, atraindo, por conseguinte, menor atenção por parte das comunidades ou dos profissionais em termos de planificação ou preparação. É importante, portanto, que cada país compreenda a natureza dos riscos que enfrenta e faça a planificação nessa conformidade, mesmo que o risco seja menos provável do que outros. Este entendimento é ainda mais reforçado pelas perspectivas regionais descritas infra.

Perspectiva das Condições Meteorológicas e Climáticas

A previsão de SARCOF 26 para a época chuvosa de 2022/2023 indica uma precipitação normal a acima do normal para a maioria da região da SADC. Dos 16 Estados-Membros da SADC, estima-se que 10 terão chuvas normais a abaixo do normal, incluindo a parte noroeste de Angola, a maioria das regiões da República Democrática do Congo (RDC), República Unida da Tanzânia, nordeste da Zâmbia, norte do Malawi, norte de Moçambique, Comores, Madagáscar, Maurícias e Seychelles. Esta situação varia a cada ano e, muitas vezes, partes da região com previsão de precipitação normal a acima do normal são susceptíveis de serem afectadas por condições extremas com a possibilidade de inundações e tempestades.

Segurança Alimentar Regional

Apesar das perspectivas positivas quanto à precipitação, a segurança alimentar na região continua a constituir uma grande preocupação. De acordo com a Avaliação e Análise de Vulnerabilidade Regional da SADC (RVAA), «Estima-se que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar, entre o período de 1 de Abril de 2022 e 31 de Março de 2023, se situe em cerca de 55,7 milhões nos 12 Estados-Membros que forneceram dados para o Relatório Regional de Síntese de 2022 sobre a situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional na África Austral.» Este é um aumento significativo em relação à cifra de 47,6 milhões de pessoas projectada pela RVAA para o mesmo período na época chuvosa de 2021/2022. No Malawi, o preço do milho, em Abril de 2022, aumentou de 22% para 73%, uma cifra superior ao aumento de 18% registado em 2021 e 55% durante o mesmo período. Isso representa o maior aumento nos mercados da África Austral devido à colheita abaixo do normal na maioria dos países. Espera-se que esta tendência continue em 2023 e, no processo, venha a exacerbar uma situação de segurança alimentar já em si frágil.

Pandemia da COVID-19 e o Ressurgimento do Ébola na RDC

A pandemia continua a ser uma alta prioridade na época de 2022/2023 para a maioria dos Estados-Membros. Embora a vacinação tenha demonstrado ser eficaz na redução da incidência da doença e a região tenha começado a recuperar dos seus efeitos da pandemia, as taxas de vacinação continuam a ser muito baixas na maioria dos Estados-Membros. Várias nações da

SADC, incluindo o Botswana, a Namíbia e a África do Sul, registaram um aumento nos casos de COVID-19 a partir do final de Abril até meados de Junho de 2022. Estão a ser envidados esforços para aumentar a cobertura vacinal em toda a região. No entanto, apenas dois Estados-Membros, nomeadamente as Maurícias e as Seychelles, vacinaram mais de 70% da sua população, enquanto o Botswana e Moçambique vacinaram com as duas doses entre 40% e 69% da sua população, respectivamente (Relatório de Síntese de 2022 da SADC RVAA).

Além disso, o recente ressurgimento do ébola na RDC e no seu vizinho Uganda poderia ter um efeito com repercussões na região. Importa notar que os casos de Covid e de Ébola não só têm implicações para a saúde, mas têm repercussões na circulação e no comércio. Isso acontece porque os países vizinhos tendem a restringir o movimento e, em alguns casos, a fechar as suas fronteiras a fim de proteger os seus cidadãos e reduzir a propagação. Frequentemente, isso afecta o comércio e outras actividades económicas dos cidadãos dos países afectados. Encontra-se infra um resumo dos tipos de riscos conhecidos na região e nos países em que os mesmos principalmente ocorrem.

Tabela 1: Riscos Comuns na Região da SADC, identificados por Estado-Membro

País	Riscos Comuns	Riscos Adicionais
Angola	Seca Inundações Epidemias Humanas	Aluimentos de Terra Actividade Sísmica Erosão dos Solos Desmatamento Aumento do Nível do Mar Erosão Costeira
Botswana	Seca Inundações Incêndios em Campos Abertos Epidemias Humanas	Abalos Sísmicos Infestação de Insectos (Gafanhotos) Ventos Fortes
União das Comores	Seca Inundações Ciclones Tropicais Epidemias Humanas	Erupções Vulcânicas Aluimentos de Terra Tsunamis Aumento do nível do mar Erosão Costeira Chuvas Torrenciais, Infestação de Insectos (gafanhotos)
República Democrática do Congo	Seca Inundações Ciclones Tropicais Epidemias Humanas	Aluimentos de Terra Erupções Vulcânicas Desastre Tecnológicos (acidente de avião) Tempestade localizada violenta Conflito armado Abalos Sísmicos e Eventos Sísmicos
Reino de eSwatini	Secas Inundações Ciclones Tropicais Epidemias Humanas	Tempestades de Granizo Ciclones Tropicais Agitação civil
Lesoto	Secas Inundações Epidemias Humanas	Epidemias Tempestades de Granizo Ventos Fortes Infestação de Insectos

		<p>Agitação Civil</p> <p>Quedas de Neve Abundantes</p> <p>Tempestade localizada violenta</p>
Madagáscar	<p>Inundações</p> <p>Ciclones Tropicais</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Infestação de Insectos</p> <p>Eventos Sísmicos Menores</p> <p>Erosão Costeira</p> <p>Aumento do nível do mar</p> <p>Tempestades Fortes</p> <p>Tempestade localizada violenta,</p>
Malawi	<p>Seca</p> <p>Inundações</p> <p>Ciclones Tropicais</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Aluimentos de Terra</p> <p>Infestação de Insectos</p> <p>Surtos de pragas e doenças</p> <p>Abalos Sísmicos e Eventos Sísmicos</p> <p>Desmatamento</p> <p>Tempestade localizada violenta</p>
Maurícias	<p>Seca</p> <p>Inundações</p> <p>Ciclones Tropicais</p> <p>Incêndios em Campos Abertos</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Abalos Sísmicos e Eventos Sísmicos</p> <p>Tsunamis</p> <p>Aumento do Nível do Mar</p> <p>Erosão Costeira</p> <p>Desastres Tecnológicos (derrames de hidrocarbonetos)</p>
Moçambique	<p>Seca, Inundações</p> <p>Ciclones Tropicais</p> <p>Incêndios em Campos Abertos</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Infestação de Insectos (lagarta de cereais)</p> <p>Abalos Sísmicos, Aluimento de Terras</p> <p>Desmatamento</p> <p>Aumento do Nível do Mar</p> <p>Erosão Costeira</p> <p>Conflitos Armados</p>
Namíbia	<p>Seca</p> <p>Inundações</p> <p>Incêndios em Campos Abertos</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Infestação de Insectos (lagarta de cereais, gafanhotos)</p> <p>Inundações Repentinas, Epidemias</p> <p>Desertificação (expansão de áreas desérticas)</p>
República das Seychelles	<p>Inundações</p> <p>Ciclones Tropicais</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Abalos Sísmicos</p> <p>Epidemias</p> <p>Aumento do Nível do Mar</p> <p>Erosão Costeira</p>
Africa do Sul	<p>Seca</p> <p>Inundações</p> <p>Incêndios em Campos Abertos</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Aluimentos de Terra</p> <p>Tempestade localizada violenta</p> <p>Infestação de Insectos (lagarta de cereais)</p> <p>Tempestades de Granizo</p> <p>Erosão Costeira (locais seleccionados)</p> <p>Desertificação</p> <p>Agitação Civil</p>
Tanzânia	<p>Seca</p> <p>Inundações</p> <p>Ciclones Tropicais</p> <p>Incêndios em Campos Abertos</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Abalos Sísmicos</p> <p>Cólera</p> <p>Infestação de Insectos (lagarta de cereais)</p> <p>Aluimentos de Terra</p> <p>Erupções Vulcânicas</p> <p>Desastres Tecnológicos Acidentes Químicos</p> <p>Desmatamento</p>
Zâmbia	<p>Seca</p> <p>Inundações</p> <p>Incêndios em Campos Abertos</p> <p>Epidemias Humanas</p>	<p>Doenças das Culturas</p> <p>Infestação de Insectos</p> <p>Tempestade localizada violenta</p>

3. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE

Sabe-se que a região da SADC é caracterizado por um número significativo de condições que tornaram a sua população vulnerável a desastres. Essas condições são variadas e afectam diferentes estratos da sociedade. Para entender os impactos dos desastres na região, é útil entender a vulnerabilidade e os seus impactos na população. De acordo com a UNDRR, a vulnerabilidade denota «as condições determinadas por factores ou processos físicos, sociais, económicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade de um indivíduo, uma comunidade, bens ou sistemas aos impactos dos desastres». Esta combinação de factores tendeu a influenciar de forma significativa a vulnerabilidade das comunidades da região da SADC.

Os factores físicos da região incluem infraestruturas que muitas vezes não estão adaptadas às condições de risco que caracterizam a região, que incluem um número crescente de ciclones, inundações regulares e, em menor medida, tremores que estão a tornar-se recorrentes. Embora alguns Estados-Membros estejam a incorporar a construção de cidades resilientes nas suas carteiras de projectos de desenvolvimento, este não é o caso de um modo geral. Isso faz com que muitas das infraestruturas da região não estejam adaptadas a potenciais perturbações físicas.

A vulnerabilidade ambiental denota alguns dos riscos, tais como infestações de animais e pragas, que têm tido um sério impacto na região nos últimos anos. O relatório de RVAA da SADC de 2022 revela que, desde o início de 2020 a Dezembro de 2021, a Alfarroba Migratória Africana (AML) continuou a representar uma ameaça para a segurança alimentar em vários Estados-Membros, nomeadamente, Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. Enquanto em Abril de 2022, a Peste Suína foi reportada na Província de Lusaka, Zâmbia. Foram também reportados surtos de Febre Aftosa no Malawi, África do Sul e na Província de Tete em Moçambique.

A vulnerabilidade na região da SADC é mais sentida dentro da esfera socioeconómica. A vulnerabilidade social tem impactos potenciais em grupos como dos mais desfavorecidos, famílias monoparentais, mulheres grávidas ou lactantes, pessoas com deficiências físicas, crianças e idosos. Embora a vulnerabilidade económica tenha impactos nos activos e processos económicos, incluindo empresas, com efeitos secundários como o aumento da pobreza e a perda de emprego. A combinação de pobreza, desemprego, conflitos e migração forçada tem sido exacerbada, nos últimos anos, pelo advento da Covid-19, que teve impactos tanto na esfera da saúde quanto financeiro no seio da população. Segundo o RVAA da SADC, «Estima-se que, durante o período compreendido entre 1 de Abril de 2022 e 31 de Março de 2023, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar seja de 55,7 milhões nos 12 Estados-

Membros que forneceram dados para o Relatório Regional de Síntese de 2022 sobre situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional na África Austral.» Estas cifras dizem respeito apenas à segurança alimentar na região. Combinado com os desafios em matéria de saúde, desemprego, jovens fora da escola e outras vulnerabilidades, dá uma ideia da dimensão dos desafios que a região enfrenta.

A actual tendência global, continental e regional não é muito encorajadora no que respeita a projecções até 2023. Segundo o Relatório de Síntese de 2022 de RVAA da SADC, os preços dos principais produtos essenciais permanecem elevados na maioria dos países da região e os impactos fazem-se sentir mais em relação a produtos importados devido aos impactos do conflito em curso na Ucrânia. Na RDC, os preços dos principais géneros alimentícios importados, incluindo o arroz e o óleo vegetal refinado aumentaram entre 10% e 30% em Abril de 2022. Em Moçambique, 60% dos mercados monitorizados em Abril apresentaram preços de milho acima da média de cinco anos num momento em que, de um modo geral, os preços começam a reduzir. No Zimbabwe, uma combinação de pressões hiperinflacionárias e escassez de alguns géneros alimentícios essenciais, incluindo óleo de cozinha, farinha de milho e açúcar, resultou num aumento significativo dos preços, com mais mercados a aumentar as vendas exclusivamente em USD.

Os preços do milho devem seguir as tendências sazonais acima dos níveis do ano anterior e dos níveis médios de cinco anos. Na maior parte da região, há probabilidade de se registar um aumento no custo de transporte devido ao conflito russo-ucraniano, que viu os preços de combustível aumentarem e também com a probabilidade de causar um aumento significativo dos preços dos géneros alimentícios essenciais. Isso irá provavelmente afectar o acesso das famílias carenciadas aos produtos básicos no mercado, especialmente, a partir de Outubro de 2022 até Março de 2023 (época improdutiva), altura em que o poder de compra da maioria das famílias é fraco. A seca afectou partes do sul de Angola, Madagáscar, Malawi, Moçambique e Zimbabwe, e as zonas de conflito na RDC e em Moçambique são susceptíveis de ser significativamente afectadas por preços de produtos básicos acima da média. Por conseguinte, as perspectivas regionais para o período de 2022/23 são motivo de preocupação.

Com base na avaliação acima referida, os choques dos últimos meses tornaram as comunidades da região da SADC ainda mais vulneráveis e susceptíveis a maiores impactos das inundações. De acordo com o Relatório de Síntese de RVAA da SADC, durante a época de 2021/22, a região experimentou um número sem precedentes de seis sistemas meteorológicos destrutivos que incluíram duas tempestades tropicais e quatro ciclones. Estes fenómenos tiveram um impacto directo no Madagáscar, Malawi, Moçambique e Zimbabwe. Enquanto em Abril de 2022, a África do Sul também experimentou chuvas fortes e inundações repentinas destrutivas que causaram danos colossais às infraestruturas e resultaram na perda de vidas humanas na província de KwaZulu-Natal. Os Estados insulares da SADC, incluindo as Comores, Madagáscar, Maurícias e Seychelles, enfrentam desafios únicos relacionados com as alterações climáticas, que incluem o aumento do nível do mar e a erosão costeira que continuam a agravar as vulnerabilidades das comunidades locais. Na República Democrática do Congo (RDC), está a ser reportado nas regiões centro e nordeste do país o deslocamento das populações das zonas de conflito, enquanto o conflito no norte de Moçambique continua a afectar o acesso das pessoas aos bens de subsistência, tal como aconteceu durante os

movimentos populares que eclodiram em eSwatini, com efeito cascata na segurança alimentar e nos meios de subsistência.

Devido a essas vulnerabilidades subjacentes, a capacidade de resiliência e sobrevivência das comunidades da região tem sido bastante limitada. A resiliência é «a capacidade do sistema experimentar uma perturbação ou mudança e ainda manter a sua função, estrutura e identidade básicas; a capacidade de se auto-organizar; e a capacidade de aumentar a sua capacidade de aprendizagem e adaptação». Segundo o Quadro Regional de Resiliência da SADC para o Período 2020-2030, a resposta humanitária a crises ocorridas no passado na região salvou vidas humanas e ajudou a restabelecer os meios de subsistência, mas nem sempre abordou as vulnerabilidades subjacentes. Levando tudo o que antecede em consideração, é fácil ver o quanto as vidas e os meios de subsistência das populações da região da SADC são afectados. Mesmo partes da região que não são afectadas pelos fenómenos acima mencionados, muitas vezes ficam indirectamente afectadas pela migração forçada à medida que as populações afectadas procuram refúgio longe dos locais em que os desastres ocorrem.

4. ANÁLISE DE PREPARAÇÃO E CAPACIDADE DE RESPOSTA

Embora DRR seja um assunto que diz respeito a todos os envolvidos, incluindo os membros da comunidade, nem todos têm o mesmo nível de conhecimentos, capacidade de tomada de decisões e recursos para a sua implementação. Consequentemente, a responsabilidade primordial pela a sua implementação cabe, em última análise, aos governos nacionais. Os governos dos Estados-Membros da SADC, embora interdependentes, têm a principal responsabilidade de salvaguardar os interesses dos seus cidadãos em primeiro lugar. Esta análise da capacidade centra-se principalmente nos Estados-Membros e no seu alinhamento com o organismo regional – o Secretariado da SADC. A análise da capacidade foi levada a cabo através do prisma dos quadros, estruturas e mecanismos existentes implantados para a administração de DRM nos países.

Os Estados-Membros da SADC aderem, por intermédio do seu Programa de Acção (PoA), ao Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030), que é reforçado pela Estratégia Regional de África sobre DRR. A nível regional, a região da SADC preparou uma série de mecanismos para orientar a DRR, incluindo a Estratégia e o Fundo de Preparação e Resposta da SADC (2016-2030) e o Quadro Regional de Resiliência do Período 2020-2030. Através do Secretariado da SADC e do recém-criado Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (SHOC), a região pode prestar apoio aos seus Estados-Membros. Apesar destes mecanismos e dos esforços desdobrados a nível regional, os Estados-Membros da SADC encontram-se em estágios diferentes de preparação e de capacidade de resposta. O Ponto de Situação de Planificação Regional da Preparação e Resposta a Desastres da SADC para a Época de 2022/23 apresenta um quadro real da capacidade dos países em causa.

Embora 14 Estados-Membros disponham de Estruturas Nacionais de Coordenação da Gestão do Risco de Desastres (NDMAs), apenas 5 dispõem de Sistemas de Aviso Prévio e 6 têm Normas de Execução Permanentes em vigor. Embora 14 Estados-Membros disponham de planos de emergência em vigor, apenas 6 destes foram finalizados e aprovados e apenas 1 realizou Exercícios de Simulação com base nestes planos. A falta de fundos é um dos maiores constrangimentos à preparação para a ocorrência de desastres, no entanto, dos 16 Estados-Membros, apenas 4 têm mecanismos de financiamento em vigor, com nove ainda em processo de negociação. O relatório prossegue com a identificação dos principais desafios:

- Recursos e fundos inadequados para iniciativas de DRR
- Falta de um sistema integrado de aviso prévio contra riscos múltiplos
- Limitações técnicas e de capacidade/processos burocráticos
- Deficiente operacionalização dos planos/planos de contingência
- Deficiente funcionalidade da coordenação sectorial/*clusters*
- Sistemas de gestão de informação/comunicação limitados

O relatório sobre o ponto de situação relativamente à planificação vai mais além e identifica as áreas prioritárias durante a época, incluindo:

- Apoio financeiro e técnico para reforçar a preparação
- Apoio à gestão da informação e ao desenvolvimento de instrumentos de comunicação harmonizados
- Reforço dos sistemas de aviso prévio por meio de colaboração transfronteiriça, compartilha de dados e informações e acções antecipadas
- Reforço da capacidade institucional e integração das medidas de DRR nos programas de desenvolvimento e promoção do envolvimento do sector privado
- Advocacia sobre a finalização dos planos de contingência nacionais

Relativamente ao ponto de situação quanto à preparação e capacidade de resposta dos Estados-Membros, as principais lacunas e desafios da maioria são o **financiamento e a capacidade**. Esta é uma indicação das áreas em que o Secretariado da SADC e os seus actores intervenientes devem investir consideravelmente. As estruturas e políticas de coordenação por si só não se traduzem necessariamente em implementação eficaz e eficiente da Gestão de Riscos de Desastres; no entanto, são vistas como o alicerce sobre o qual a DRR assenta e que pode ser reforçado, se necessário.

4.1 FUNÇÃO E CAPACIDADE DO SECRETARIADO DA SADC

A capacidade da região da SADC em matéria de prevenção, preparação e resposta adequadas a desastres foi reforçada através da criação da Unidade de DRR no Secretariado da SADC. A Unidade é encarregue de coordenar e prestar apoio aos Estados-Membros nos seus esforços visando a operacionalização da gestão de riscos de desastres, tanto individual quanto colectivamente. Embora a região tenha adoptado a estratégia de preparação e resposta, esta não se encontra totalmente operacional. O Secretariado da SADC e os Estados-Membros têm limitações na coordenação eficaz de um mecanismo de preparação e resposta regional devido à falta de protocolos, procedimentos, infraestruturas, equipamentos e máquinas para activar as capacidades técnicas multissectoriais e os recursos financeiros. Os desafios que a região enfrenta e, em especial, os Estados-Membros dizem respeito, em grande parte, ao seguinte:

1. Falta de coerência em termos de mecanismos de aviso prévio, identificação de riscos e partilha de informação e comunicação de informações em toda a região;
2. Falta de harmonização dos quadros a nível nacional, dificultando assim a cooperação e a coordenação transfronteiriças; e
3. Estruturas e políticas internas que, embora existentes, são fracas, em alguns países, enquanto em outros países essas estruturas e políticas não estão sequer funcionais.

Tendo em conta o que precede, a região deve:

1. Desenvolver acordos e quadros de apoio, incluindo memorandos de entendimento para o aviso prévio, trânsito de recursos de ajuda humanitária que apoiem a circulação de bens, serviços e recursos através das fronteiras internacionais;
2. Facilitar a coordenação transfronteiriça e o intercâmbio entre os Estados-Membros;
3. Melhorar a colecta e partilha de dados e informações para a gestão eficaz do conhecimento relacionado com DRM;
4. Reforçar a coordenação regional para a comunicação, empacotamento e transmissão pela SADC de informações relacionadas com DRM aos Estados-Membros;
5. Investir no financiamento no domínio da previsão de riscos de desastres para o desenvolvimento das actividades de preparação e resposta; e
6. Promover Parcerias Público-Privadas (PPP) para uma maior participação do sector privado nas actividades ligadas a DRR/M, especialmente, a nível regional e nacional.

Será, pois, necessário que o Secretariado da SADC trabalhe no sentido de harmonizar as abordagens regionais e, no processo, implantar os mecanismos que permitam aos Estados-Membros trabalhar de forma coerente entre si. Este processo terá de ser gradual, uma vez que os Estados-Membros encontram-se em diferentes estágios em termos de capacidade e de recursos. A fim de promover este processo de harmonização, é necessário um mecanismo para orientar a Região no desenvolvimento de medidas tendentes à Redução do Risco de Desastres e no desenvolvimento do Quadro de Planificação de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos.

5. QUADRO REGIONAL DE PLANIFICAÇÃO DE CONTINGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE RISCOS MÚLTIPLOS PARA O PERÍODO (2022- 2030)

Este Quadro Regional de Planificação de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos (RMCPF) da SADC tem como base uma abordagem abrangente à DRR. Salienta o papel central da coordenação regional e as suas ligações com os Estados-Membros e suas filiais na gestão de riscos de desastres em cada país. O Quadro de Redução de Riscos de Desastres orientará os esforços de toda a sociedade para a redução proactiva do risco de desastres a fim de minimizar as perdas e o sofrimento causados por desastres. O quadro procura, em grande medida, aproveitar o potencial de uma visão regional e facilitar a preparação e a resposta a nível nacional que visa alimentar os esforços regionais. Coloca a tónica na importância da cooperação regional entre os Estados-Membros na produção e partilha de informações, na uniformização dos conceitos e normalização dos instrumentos, a fim de facilitar uma melhor preparação e coordenação da resposta entre os Estados-Membros em momentos de necessidade.

O Quadro inspira-se no Quadro de Sendai sobre a Redução do Risco de Desastres (SFDRR), que é um quadro global adoptado em 2015 na Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres realizada em Sendai, Japão. Foi, posteriormente, homologado pela Assembleia Geral da ONU em Junho de 2015 e é o quadro que sucede ao Quadro de Acção Hyogo (2005-2015). O Quadro de Sendai compreende o período 2015 - 2030, durante o qual as partes devem reduzir substancialmente o risco de desastres e de perdas humanas, dos meios de subsistência e saúde, bem como dos activos económicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países.

As acções prioritárias no Quadro de Sendai incluem a compreensão do risco de desastres, o fortalecimento da governação de risco para a gestão de riscos de desastres, o investimento em DRR para a resiliência e aprimoramento da preparação contra desastres segundo o princípio de «melhor reconstrução» no processo de recuperação, reabilitação e reconstrução. O Quadro de Sendai é implementado a nível continental no quadro da Estratégia Regional Africana para a Redução do Risco de Desastres (ARSDRR), através do seu Programa de Acção (PoA) para a Implementação do Quadro de Sendai.

De acordo com o Quadro de Sendai e o PoA, o Quadro Regional de Planificação de Contingências para Situações de Riscos Múltiplos da SADC também analisa o papel de outros intervenientes, além dos Estados-Membros, na gestão dos riscos de desastres a nível regional e abrange o período que vai até 2030, segundo o prazo estabelecido no Quadro de Sendai. Além dos governos, as partes interessadas no âmbito do Quadro incluem o sector privado, as organizações da sociedade civil e mesmo os membros da comunidade. O RMCPF incorpora boas práticas geralmente aceites no domínio de gestão de riscos de desastres, que incluem atenção às componentes de género, idade, pessoas com deficiências, bem como uma abordagem ecossistémica à gestão de riscos com o objectivo de contribuir para um futuro sustentável. A implementação do RMCPF é feita por meio de um Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos (RMHCP), que é revisitado anualmente.

5.1. OBJECTIVOS DO QUADRO REGIONAL PARA SITUAÇÕES DE RISCOS MÚLTIPLOS

O objectivo geral do Quadro Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos é propor uma abordagem harmonizada à preparação e resposta a desastres dentro da Região da SADC. O quadro facilita a coordenação das estruturas regionais de DRR em conformidade com as disposições do Quadro de Sendai, a Estratégia Regional de DRR de África e as políticas e estratégias de DRM da Região da SADC. O quadro foi desenvolvido para ajudar os Estados-Membros a terem uma compreensão comum e uma abordagem uniforme à DRM a nível regional. Espera-se que esta abordagem harmonizada reforce a coordenação e ajude a minimizar as potenciais consequências dos desastres na Região.

5.1.1. Objectivos específicos

1. Proporcionar um quadro operacional para a Gestão Regional de Riscos de Desastres na Região da SADC;
2. Identificar e classificar os desastres que caracterizam a região da SADC com o objectivo de facilitar a planificação e a preparação para a resposta entre os Estados-Membros;

3. Facilitar a comunicação, a cooperação e a coordenação entre os Estados-Membros através da utilização dos vários instrumentos orientadores, tanto a nível regional como a nível mundial.

5.2 ÂMBITO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO QUADRO REGIONAL DE CONTINGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE RISCOS MÚLTIPLOS

5.2.1. Âmbito

O RMHCF, que vigorará até 2030, está alinhado com o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres que visa alcançar a redução substancial dos riscos e perda, em caso de ocorrência de desastres, de vidas humanas, meios de subsistência e saúde e de activos económicos, físicos, sociais, culturais e ambientais afectando pessoas, empresas, comunidades e países. Além disso, o quadro também toma em consideração o Programa de Acção de África (PoA) e os seus 5 objectivos adicionais que se destinam a acompanhar as sete (7) metas do Quadro de Sendai. Além disso, está previsto que estará em vigor até 2030, em harmonia com a vigência do Quadro de Sendai. O Quadro também abrange as prioridades da região da SADC, em harmonia com as suas políticas e estratégias de redução de riscos de desastres. O âmbito do RMHCF abrange, por conseguinte, a redução e a gestão dos riscos de desastres em todas as suas fases, desde a prevenção, preparação, resposta e recuperação.

Prevenção: As medidas de prevenção procuram eliminar ou reduzir os impactos de desastres e/ou reduzir a susceptibilidade e reforçar a resiliência da comunidade sujeita aos impactos desses desastres. A prevenção é uma fase contínua no processo e abrange uma série de actividades e estratégias desenvolvidas por indivíduos, comunidades, empresas e governos.

Preparação: A preparação para desastres envolve a previsão e a adopção de medidas cautelares antes de uma ameaça iminente, em resposta a avisos antecipados. As actividades de preparação garantem a resposta atempada e eficaz a desastres – minimizando os impactos negativos nas comunidades, na economia, nas infraestruturas e no ambiente, bem como nas prioridades de desenvolvimento da Região da SADC.

Resposta: Envolve a prestação de serviços de emergência e assistência ao público durante ou imediatamente após a ocorrência de um desastre a fim de salvar vidas, reduzir os impactos na saúde, garantir a segurança pública e atender às necessidades básicas de subsistência (alimentação, água e saneamento, abrigo e protecção) das pessoas afectadas pelos desastres. A fase de resposta é iniciada assim que os impactos do desastre se fizerem sentir.

Recuperação: As actividades de recuperação abordam as necessidades de reconstrução, reabilitação e restabelecimento de todos os elementos físicos, sociais, emocionais, psicológicos, ambientais e económicos. Visa restabelecer e melhorar, quando adequado, as instalações, os meios de subsistência e das condições de vida das comunidades afectadas por desastres, a um padrão mais resiliente, com o objectivo de reduzir a necessidade de despesas significativas em termos de acções de recuperação no futuro. A recuperação começa logo após a fase de emergência ter terminado e deve ter por objectivo a recuperação dentro do quadro do princípio de «melhor reconstrução».

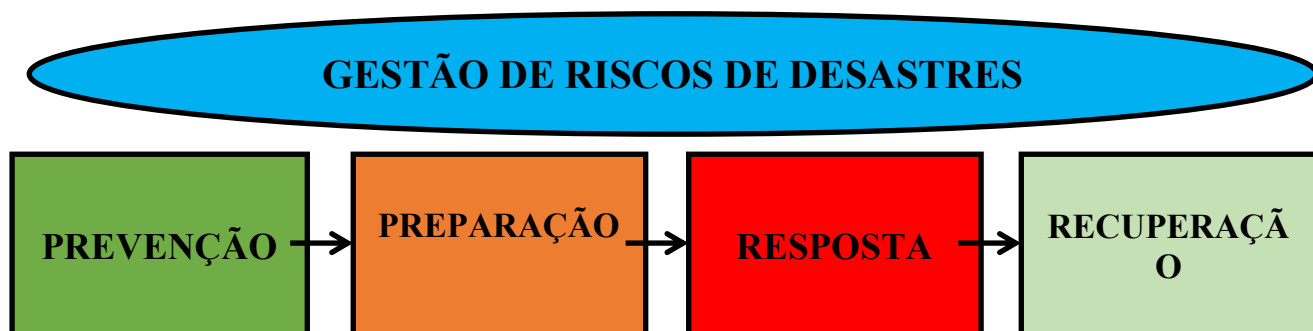


Figura 3: Ilustração das várias fases de Redução de Risco de Desastres

Embora este seja um quadro regional da SADC, destina-se também à familiarização e encaminhamento de profissionais de DRR nos Estados-Membros, incluindo os Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs), o sector privado, os governos/autoridades locais dos Estados-Membros, as ONGs e as empresas estatais.

5.2.2 Princípios Orientadores de RMHCPF

Este Quadro Regional de Planificação de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos está alinhado com o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres, que descreve 13 princípios-chave, a saber:

- i. Responsabilidade primária dos Estados de prevenir e reduzir os riscos de desastres, inclusive através de cooperação;
- ii. Responsabilidade partilhada entre as autoridades nacionais e locais da região, os sectores e as partes interessadas, conforme adequado às circunstâncias;
- iii. Protecção das pessoas e dos seus bens, promovendo e protegendo em concomitância todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento;
- iv. Envolvimento de toda a sociedade;
- v. Envolvimento pleno de todas as instituições do Estado de natureza executiva e legislativa a nível regional, nacional e local;
- vi. Capacitação das autoridades e das comunidades locais através de provisão de recursos, incentivos e responsabilidades na tomada de decisões, conforme apropriado;
- vii. Processos de tomada de decisões inclusivos e desenvolvimento com base em processos que envolvem a tomada de riscos informada, através de uma abordagem de riscos múltiplos;
- viii. Coerência entre as políticas, os planos, as práticas e os mecanismos de redução de riscos de desastres e desenvolvimento sustentável, em diferentes sectores;
- ix. Tomar em consideração as características locais e específicas dos riscos de desastres ao determinar medidas tendentes à redução de riscos;

- x. Abordar os factores de risco subjacentes de uma forma mais eficiente em termos de custos através do investimento versus depender principalmente da resposta e recuperação pós-desastre;
- xi. «Reconstruir melhor» para evitar a criação de novos riscos e da redução de riscos de desastres existentes;
- xii. A qualidade da parceria global e da cooperação internacional deve ser eficaz, significativa e forte; e
- xiii. O apoio dos países desenvolvidos e dos parceiros deve ser adaptado de acordo com as necessidades e as prioridades identificadas pelos países beneficiários.

O papel primordial e a responsabilidade do Estado no domínio de DRM estão claramente enfatizados nesses princípios. Toma em consideração as sete (7) metas e as quatro (4) prioridades do Quadro de Sendai. Isso é ainda mais reforçado pelas 5 metas adicionais do PoA. Para além dos quadros global e continental, o RMHCPF também inspira-se nos instrumentos e programas regionais da SADC, tais como:

- Visão 2050 da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto para o Período 2020–2030
- Quadro Regional de Resiliência da SADC 2020–2030
- Estratégia e Fundo de Preparação e Resposta a Situações de Calamidade da SADC – 2030
- O Protocolo sobre a Saúde (1999), nomeadamente, o Artigo 25.º, relativo aos Serviços de Saúde de Emergência e Gestão de Desastres.
- Política Regional da Água (1995), que inclui disposições de políticas que abrangem a protecção das pessoas contra desastres relacionadas com a água, incluindo a previsão, gestão e mitigação de desastres (SADC, 2012).
- Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP IV) sobre o Desenvolvimento e Gestão Integrados dos Recursos Hídricos (2016–2020).
- A Política Agrícola Regional (RAIP) e o Plano de Investimento da SADC e outros planos sectoriais
- Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade da SADC (RVAA), estatuído em 1999

5.3 FUNDAMENTAÇÃO

A região da SADC é amplamente conhecida como «Foco de Desastres», pois, é propensa a vários riscos que ao longo do tempo aumentaram em termos de frequência de ocorrência e resultaram em desastres que tiveram efeitos devastadores sobre as populações. Estes desastres incluem inundações, secas, ciclones, epidemias, doenças dos animais, incêndios em campos abertos e outros desastres como pragas de gafanhotos. Embora todos os 16 Estados-Membros da SADC tenham, cada um à sua maneira, mecanismos de preparação e resposta estabelecidos contra estes riscos, isso tem sido em grande parte a diferentes níveis. Esta susceptibilidade a desastres na região significa que uma ocorrência num Estado-Membro tem muitas vezes consequências para os Estados vizinhos, levando assim os Estados-Membros a considerarem a atenuação, a preparação, a resposta e mesmo a recuperação de forma colectiva. Este impulso para a acção colectiva não se limita à redução de riscos de desastres, mas também se aplica em outras áreas, incluindo a gestão da água, a agricultura, a economia, a política e até mesmo a defesa.

O Secretariado da SADC está encarregue desta gestão colectiva em nome da região e a Unidade de Redução de Riscos de Desastres (Unidade de DRR) do Secretariado está encarregue de questões relacionadas com desastres. É neste contexto que o Secretariado, através da sua Unidade de DRR, comprometeu-se a elaborar um Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos. No desenvolvimento do Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos, tiveram de ser respondidas as seguintes questões fundamentais:

1. *Deverá o processo considerar uma abordagem em que é elaborado um Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos, baseado em previsões sazonais e ao qual se espera que os Estados-Membros estejam alinhados e adaptem os seus vários planos nacionais de contingência em conformidade?*
2. *Deverá considerar uma abordagem em que os Estados-Membros desenvolvem os seus vários planos de contingência nacionais e os apresentem ao Secretariado Regional para consolidação e desenvolvimento de um Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos?*
3. *Deve o processo considerar uma abordagem em que o Secretariado da SADC assiste e presta apoio aos Estados-Membros no desenvolvimento dos seus planos de contingência numa base anual?*

Por meio de um processo consultivo com os Estados-Membros e com o Secretariado, ficou claro que embora os países já tenham Sistemas de Planificação de Contingência funcionais, havia uma forte propensão para *uma abordagem conjunta em que os Estados-Membros desenvolvem os seus vários planos de contingência nacionais e os submetem ao Secretariado Regional para Consolidação e Desenvolvimento de um Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos.*

A opção de um Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos, que serve de bússola para os Estados-Membros, foi considerada mais lógica, uma vez que, ao longo do tempo, permitiria a cada Estado-Membro desenvolver as suas próprias capacidades e permitir também a harmonização da abordagem de redução de riscos de desastres na região. Espera-se que o SHOC combine as previsões regionais e os planos de contingência apresentados pelos Estados-Membros para desenvolver anualmente um Plano Regional de Preparação. Tal permitiria ao Secretariado a flexibilidade de assistir e apoiar cada Estado-Membro, em função do nível de sofisticação ou dos sistemas implementados.

Com base nestas considerações, verificou-se que a fundamentação do desenvolvimento de um Quadro Regional de Contingência contra Múltiplos Riscos, que seria acompanhado de um Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos, desenvolvido com base na consolidação das observações dos Estados-Membros em combinação com as previsões regionais anuais. As Normas de Execução Permanentes (SOPs) descrevem os processos e os mecanismos envolvidos na implementação do Plano de Contingência. Antes, porém, há processos que estão envolvidos na planificação do quadro.

5.3.1. Previsões Sazonais

A cada ano, são feitas previsões para a região da SADC. Essas previsões são fundamentais para antecipar os focos de risco e os desastres em relação aos quais a região deve-se preparar.

Também detalha os países específicos e as zonas que são susceptíveis de serem os mais afectados. Estas previsões são muitas vezes de natureza hidrometeorológica, mas o grau de ocorrência de precipitação ou tempestades num determinado ano pode ser fundamental para determinar os potenciais danos à colheita de culturas, o grau de inundações ou mesmo potenciais secas. Com base nessas previsões, é necessário desenvolver planos sazonais para a região.

5.3.2. Processo Nacional de Planificação de Contingência

Após a recepção das previsões regionais, espera-se que cada país da região desenvolva medidas de preparação para mitigar as potenciais repercussões das chuvas, tempestades, secas ou pragas. Espera-se que cada um dos Estados-Membros disponha dos seus próprios planos de emergência, adaptados e actualizados em função das previsões. Estes planos de contingência são depois partilhados com o Secretariado da SADC, que por sua vez avalia e consolida os planos de todos os Estados-Membros.

5.3.3. Workshop sobre a Planificação Regional de Contingência

Após a recepção dos planos de contingência dos Estados-Membros, espera-se que o Secretariado da SADC proceda à sua consolidação. No entanto, antes da consolidação, há necessidade de um workshop de planificação onde as expectativas são esclarecidas e as prioridades regionais determinadas com base nas previsões e nos países ou zonas mais prováveis de serem mais afectados. Com base nestes esclarecimentos, os planos são melhorados e actualizados conforme acordado conjuntamente por todas as partes intervenientes. Espera-se que, com base no workshop supra, o Secretariado dê início ao processo de planificação regional, conforme informado pelos planos dos EMs.

5.3.4. Desenvolvimento do Plano de Contingência Regional

O Secretariado da SADC é então responsável pela Consolidação e Desenvolvimento do Plano de Contingência Regional. Isso é feito com a participação dos membros do RIASCO e dos líderes regionais do *cluster*. Espera-se que o plano contemple também um mecanismo de financiamento do orçamento para a resposta durante a época.

5.3.5. Workshops e Sessões de Preparação com os Estados-Membros Prioritários

Além de preparar um plano de contingência regional, espera-se que o Secretariado da SADC, através do SHOC, prepare a lista dos Estados-Membros prioritários, conforme identificados durante o Workshop de Consolidação. Os Estados-Membros prioritários são aqueles que foram determinados como requerendo uma atenção especial, quer pela gravidade dos riscos esperados, quer talvez devido a dificuldades internas que podem ter repercussões para além do território nacional, exigindo assim a atenção da região.

Uma vez todos os preparativos concluídos, o passo seguinte é aguardar pela preparação para qualquer incidente que possa requerer acção. Espera-se que cada Estado-Membro dê resposta a quaisquer desastres dentro dos limites da sua capacidade. Somente quando o evento ultrapassar um limiar bem estabelecido, é que será transferido ao nível regional. Os limiares são definidos no Plano de Contingência Regional e as Normas de Execução Permanentes definem a implementação passo a passo do Plano de Contingência.

5.4. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES NO PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO DE CONTINGÊNCIA

O Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos será desenvolvido com base em previsões e projecções anuais, que serão actualizadas a cada ano. Dado que se trata de um plano adaptado para utilização a nível regional, muitos dos seus contributos/processo de planificação seriam baseados nos planos de contingência para os Estados-Membros. As Tabelas 2 a 4 infra enumeram as actividades a serem consideradas no desenvolvimento do Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos da SADC.

Tabela 2: Actividades do Secretariado da SADC e dos seus Parceiros no âmbito de Aviso Prévio e da Fase de Preparação

Actividades	Expectativas
<i>Relatório de análise de Segurança Alimentar de RVAA partilhado</i>	O Relatório de Síntese sobre o Estado da Segurança e Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional na África Austral descreve a vulnerabilidade dos países em termos de segurança alimentar e meios de subsistência, delineando as comunidades que devem ser alvo de intervenções de ajuda humanitária.
<i>Aviso prévio e monitorização da previsão meteorológica e cobertura óptima de mensagens de alerta de SARCOF</i>	As Previsões de SARCOF permitem à região realizar actividades de aviso prévio, proporcionar uma melhor consciencialização e preparação por parte dos EMs e do Secretariado da SADC.
<i>Desenvolvimento/Actualização dos Planos de Contingência Nacionais e Regionais</i>	Espera-se que todos os Estados-Membros concluem os seus Planos de Contingência e os apresentem ao Secretariado da SADC para Consolidação e preparação de um plano de contingência regional
<i>Posicionamento prévio de alimentos e produtos não alimentares em todos os Estados-Membros e na Região</i>	Sempre que possível, SHOC trabalhará com os EMs na identificação e posicionamento prévio de Alimentos e Produtos Não Alimentares em preparação para potenciais choques. Isso inclui a identificação de bases/locais de posicionamento prévio
<i>Mobilização de ERT e Organização de Exercícios de Simulação de prontidão</i>	Em preparação para potenciais choques, SHOC activa a Equipa de Resposta a Situações de Calamidade e realiza actividades de preparação, incluindo Simex.

Tabela 3: Actividades de Resposta Genéricas

Actividades	Resultados Esperados
<i>Monitorização e Avaliação Regional da situação nos Estados-Membros com Gestão e Partilha de Informação</i>	Todas as partes interessadas são regularmente actualizadas sobre a situação nos Estados-Membros. Isso permite acompanhar de perto e garante que uma resposta atempada e adequada.
<i>Pedido Oficial de Assistência pelo Estado-Membro</i>	Para que o Secretariado da SADC possa reagir e enviar equipas ou artigos de assistência, é necessário o Estado-Membro envie um pedido oficial na sequência de uma declaração nacional de um estado de calamidade, excepto em casos de natureza transnacional.

<i>As missões de Avaliações Rápida são organizadas para a ERT e outros mecanismos em Estado de Alerta, incluindo Busca e Resgate</i>	Durante a Fase de Resposta e após a solicitação pelo EM, SHOC lidera missões de avaliação rápida e requer a aprovação do plano de acção recomendado
<i>Activação de Clusters a Nível Regional</i>	As avaliações determinam os principais <i>clusters</i> em questão que são então activados pelo Secretariado de SHOC/SADC.
<i>Prestação de Assistência ao Estado-Membro</i>	Assistência regional de resposta aos Estados-Membros, consoante as necessidades no terreno

Tabela 4: Actividades de Recuperação contra Todos os Riscos

Actividades	Meta	Prazos	Resultados Esperados
<i>Provisão de Assistência Alimentar e Não Alimentar no âmbito de Recuperação</i>	Após e também muitas vezes durante as fases de resposta, as comunidades afectadas são apoiadas na reconstrução das suas vidas e meios de subsistência		
<i>Desenvolvimento e Activação do Plano de Recuperação</i>	De acordo com o Quadro de Sendai, é desenvolvido o plano, o orçamento e as dotações claras para apoiar o processo de melhor reconstrução		
<i>Nexo, Actividades de Estabilização e Desenvolvimento</i>	Transferência e transição para a estabilização e o desenvolvimento		

6. NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTES

6.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Estas Normas de Execução Permanentes (NEPs) são desenvolvidas com o único objectivo de implementação do Quadro Regional de Planificação de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos da SADC e não substituem de forma alguma outras NEPs em vigor; no entanto, espera-se que quando necessário e apropriado apoiem e complementem outras NEPs. São usadas na monitorização, deliberação e tomada de decisões sobre a intervenção do Secretariado da SADC em resposta a incidentes de desastres importantes que podem afectar um ou mais Estados-Membros. O depositário destas NEPs é o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (SHOC), sob os auspícios da Unidade de DRR do Secretariado da SADC.

6.1.1. DESIGNAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTES (NEPs)

As presentes NEPs têm a seguinte designação: **Normas de Execução Permanentes (NEPs) do Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos da SADC.**

6.2. FINALIDADE E OBJECTIVOS DAS NEPs DO RMHCP

O papel das NEPs é ajudar o Secretariado da SADC na análise e gestão eficazes de desastres a nível regional. O presente documento contém directrizes formais para a preparação e resposta eficazes a incidentes de desastres num ou mais Estados-Membros da SADC. As NEPs contêm directrizes técnicas e operacionais que permitem que os oficiais designados actuem de forma coordenada em várias disciplinas em caso de ocorrência de calamidade. Isso aumenta a eficiência de uma resposta envolvendo actores, países e riscos múltiplos e o intercâmbio de informações críticas entre as principais partes interessadas, bem no processo de salvamento vidas humanas a nível regional. Por conseguinte, as NEPs são concebidas para:

- Providenciar orientações para a activação da intervenção da SADC em caso de ocorrência de incidentes de desastres nos Estados-Membros;
- Apoiar a activação de procedimentos de mobilização de recursos durante a resposta;
- Documentar e manter registos de prestação de contas financeiras e documentação histórica;

Além disso, as NEPs são concebidas para realizar dois objectivos e aplicações principais:

a) Finalidade de Capacitação – As NEPs são desenvolvidas de forma a permitir que sejam facilmente adaptadas e utilizadas como linhas de orientação na formação de novos membros do SHOC e servir também como documento de referência para os membros existentes da equipa de gestão do SHOC. Isso significa que as NEPs explicam de forma clara e breve as instruções e os canais de comunicação relevantes dentro do Centro. Ao servir como um documento de referência, as NEPs estão estruturadas e organizadas de forma a permitir o acesso rápido a qualquer informação que se procura.

b) Referência em situação de Calamidade – Durante a resposta a calamidades, raramente há tempo para consultar grandes volumes de textos. Como resultado, o uso de NEPs é, de modo geral, limitado a uma referência rápida e fácil às informações necessárias, como instruções de

instalação e colocação de conjuntos de comunicações, códigos, prioridades de mensagens, frequências e formato de relatórios.

6.3. CENTRO DE OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS E DE EMERGÊNCIA DA SADC

Para compreender o papel das NEPs, é importante compreender as funções e as responsabilidades do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (SHOC). De acordo com a decisão do Conselho de Ministros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Moçambique acolherá o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (SHOC), que será responsável por facilitar a preparação, a resposta e a recuperação rápida de desastres regionais reforçados e coordenados para apoiar os Estados-Membros afectados por calamidades. O SHOC reforçará a coordenação do apoio aos Estados-Membros afectados por desastres através da provisão de apoio estratégico, incluindo orientação política e informação aos Estados-Membros necessitados, como parte integrante do Secretariado da SADC.

As funções primárias do SHOC incluem:

- Monitorização e comunicação de informações sobre a situação de desastres no âmbito das suas operações;
- Prestar apoio centralizado de coordenação e controlo da resposta e das operações de emergência ou de desastres a nível regional;
- Manter o público informado de forma atempada e factual sobre a calamidade ou desastre, através de sessões informativas e boletins informativos a nível regional;
- Providenciar apoio logístico, tal como solicitado pelos Estados-Membros;
- Recolha de informações e manutenção de registos;
- Informação pública – recepção e divulgação
- Gestão de recursos em nome da Unidade de DRR do Secretariado da SADC;
- Desempenhar outras funções, conforme estipulado nas Directrizes Operacionais de Gestão de Riscos de Desastres.

6.4. UTILIZADORES A QUE SE DESTINAM AS NEPs E PRESSUPOSTOS

6.4.1. Utilizadores a que se destinam as NEPs do RMHCP

Encontram-se descritos infra os utilizadores a que se destinam as NEPs:

- i. Secretário Executivo do Secretariado da SADC,
- ii. Equipa Técnica da Unidade de DRR do Secretariado da SADC,
- iii. Membros da Equipa do SHOC,
- iv. Funcionários do Governo e Técnicos de DRR dos Estados-Membros,
- v. Parceiros a nível regional que trabalham com o Secretariado da SADC e com os Estados Membros.

6.4.2. Pressupostos subjacentes à concepção das NEPs do RMHCP

- i. Os funcionários a quem o presente Manual se destina possuem experiência na área de Redução de Risco de Desastres ou possuem, pelo menos, formação básica;
- ii. Tomaram parte num Exercício de Simulação em preparação para o papel que desempenharão;
- iii. Os utilizadores visados podem ser membros da Equipa de Resposta a Calamidades da SADC;

- iv. Podem ser os decisores cujas acções e decisões podem ter um impacto no salvamento de vidas humanas, infraestruturas críticas e activos.
- v. Profissionais de DRR dos Estados-Membros directamente envolvidos na resposta a calamidades.

6.5. ESTRUTURA HIERÁRQUICA QUE REGE O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES NA SADC

É apresentada infra a estrutura hierárquica que rege o processo de tomada de decisões na SADC durante a resposta a desastres num Estado-Membro.¹

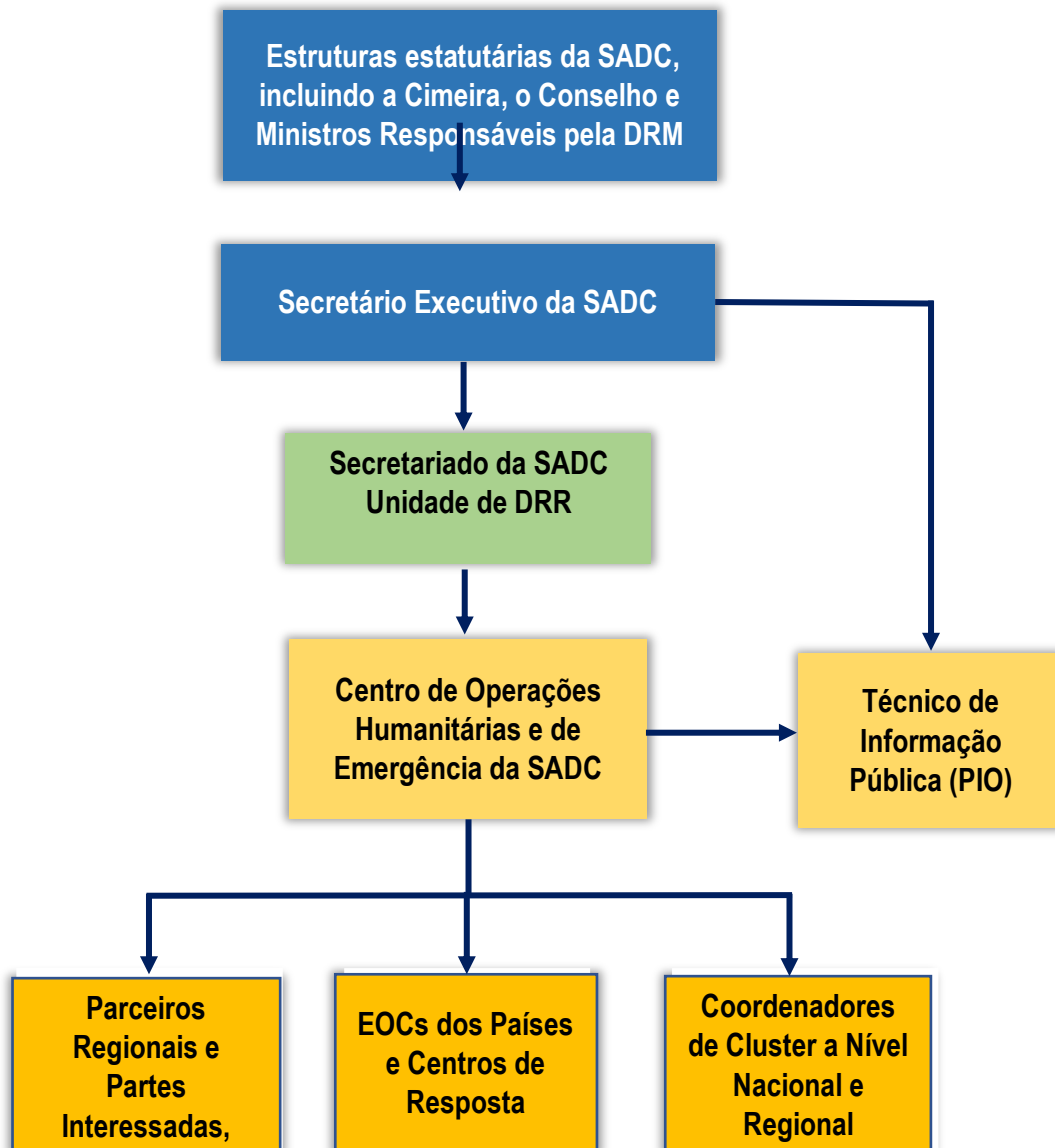


Figura 4: Estrutura Hierárquica que Rege o Processo de Tomada de Decisões na SADC

¹ O Secretariado da SADC formula, em coordenação com a Região, as NEPs para os diferentes mecanismos. Espera-se que essas NEPs sejam observadas e funcionem em sincronia com as NEPs que já existem.

6.6. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES A NÍVEL DO SECRETARIADO DA SADC RELATIVAS À ACTIVACÃO DO RMHCP

- I. Declaração de Situação de Calamidade Nacional pelo Estado-Membro em causa – De um modo geral, com apelo para apoio externo
- II. O Secretário Executivo, assessorado pela Unidade de DRR e após consultar o Conselho, aprova a activação do Plano de Contingência
- III. O Plano de Acção SHOC é activado, seguindo as Normas de Execução Permanentes estabelecidos para o SHOC
- IV. Consulta de emergência com as Partes Interessadas Regionais da SADC e os Representantes do Cluster (RIASCO, Escritórios Regionais da ONU/ONGs, etc.)
- V. Realização de Avaliação Rápida (virtual ou presencialmente)
- VI. Destacamento do ERT da SADC e envio da Assistência Humanitária de Emergência.

6.7. UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CLUSTER

O SHOC, quando estiver plenamente estabelecido, adoptará o sistema de *cluster* concebido pela Comissão Permanente Interagências (IASC), que informará as operações e a gestão do Centro com os seus países parceiros. Isso visa permitir que a região da SADC harmonize os seus sistemas com o sistema utilizado a nível global. Cada Estado-Membro tem a autonomia para seleccionar, combinar, eliminar ou adoptar o sistema mais adequado ao seu contexto. O Sistema de *Cluster* deve ser composto por dois ou mais dos seguintes clusters aprovados a nível global:

- 1) Segurança alimentar
- 2) Educação
- 3) Saúde
- 4) Nutrição
- 5) Telecomunicações de Emergência
- 6) Protecção (incluindo VBG e Protecção de Menores)
- 7) Água, Saneamento do Meio e Higiene
- 8) Logística
- 9) Coordenação e Gestão de Acampamentos
- 10) Abrigo
- 11) Recuperação Antecipada

6.7.1. NEP 1 – PROCEDIMENTOS DE ALERTA, NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO DE APELO

O sistema de comunicação do SHOC (avisos e alertas) será automatizado e digitalizado para a partilha eficiente e atempada de informações e facilitação de interpretação. O equipamento informático do Centro deve ter instalado software e aplicativos actualizados para permitir a interoperabilidade com os departamentos de Meteorologia, Geologia, Incêndio, Polícia e Defesa e outros sistemas de alerta.

A Unidade de DRR do Secretariado da SADC desenvolverá uma lista das partes relevantes, de renome e dotadas de experiência para serem informadas sobre a ocorrência de eventos de calamidade para além da capacidade dos Estados-Membros. Importa notar que o papel da SADC é apoiar os esforços dos governos em caso de uma ocorrência de calamidades. O processo de activação e desactivação de uma emergência nacional é da responsabilidade do

Estado-Membro, em conformidade com o SHOC, o ERT e outros NEPs relevantes. O Secretariado da SADC activará um alerta em conformidade com a posição do pedido de apoio do Estado-Membro.

Assim, o Primeiro Passo é a emissão do alerta pelo Estado-Membro sobre a ocorrência de uma calamidade que requeira o envolvimento da Região. Isto pode ser limitado internamente ao país em causa ou pode ser de natureza transfronteiriça e envolver outros países.

6.7.2. NEP 2 - ENVIO DE EQUIPAS DE RESPOSTA A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS PARA OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÕES PRELIMINAR

Pressupõe-se que a liderança da resposta a calamidades é da responsabilidade de NDMA do país. As Equipas e o Pessoal de Emergência Local e Nacional são destacados de acordo com as disposições das políticas nacionais e de acordo com o Plano de Contingência em vigor.

O Secretariado da SADC pode participar e/ou coordenar as avaliações iniciais se a ocorrência extravasar as fronteiras de um Estado-Membro. Logo que a Declaração Nacional de Calamidade tenha sido feita a pedir o apoio externo, o Secretariado da SADC pode realizar avaliações adicionais com as partes interessadas regionais.

6.7.3. NEP 3 – FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS DE EMERGÊNCIA A NÍVEL LOCAL E NACIONAL

Os suprimentos para os distritos/regiões afectados no país serão fornecidos pelas partes interessadas nacionais sob a liderança de NDMA e seus parceiros. Os suprimentos podem ser alimentos, bens não-alimentares, abrigo e outros serviços de primeiros socorros necessários.

A pedido de NDMA do Estado-Membro, a SADC pode enviar suprimentos adicionais de emergência, conforme necessário. As avaliações conduzidas pela SADC também podem determinar os suprimentos necessários para a população afectada e mobilizar recursos para a sua provisão.

6.7.4. NEP 4 – DECLARAÇÃO DE UMA CALAMIDADE NACIONAL

Muitas vezes, a declaração de uma calamidade nacional é feita pelo Chefe de Estado ou pelo Chefe de Governo ou entidade por estes delegada. Tal declaração é um apelo para que os países vizinhos, nações amigas e, acima de tudo, o Secretariado da SADC intervenham.

Após a declaração da Situação Nacional de Calamidade, presume-se que a ocorrência ultrapassou a capacidade dos Actores Intervenientes Nacionais. O Plano de Resposta a Calamidades da SADC será activado para proporcionar a liderança regional em colaboração com a NDMA do país.

6.7.5. NEP 5 – NEP DO SHOC ACTIVADO

Após a declaração da calamidade nacional, a Unidade de DRR do Secretariado da SADC, através do seu SHOC, activará as suas NEPs para assistência aos Estados-Membros necessitados. Esta acção incluirá a activação das várias NEPs, conforme determinado pelo SHOC.

6.7.6. NEP 6 – INSTRUÇÕES / PROCEDIMENTO PARA A EMBALAGEM DE MATERIAL DE AJUDA HUMANITÁRIA

As principais necessidades das comunidades afectadas em qualquer acção de assistência rápida consistem frequentemente na busca e salvamento (S&R), provisão de alimentos, bens não alimentares (NFIs), abrigo e assistência médica. É importante que:

- a. Os artigos enviados sejam devidamente rotulados para facilitar a sua identificação.

Pode ser colada na parte superior das caixas de ajuda humanitária uma etiqueta com os seguintes dizeres:

- Nome do artigo
- Quantidade
- Nome do expedidor
- Endereço do expedidor
- Data de Envio
- Local de Envio
- Data de Validade
- Os artigos devem ser codificados por cor em consonância com a codificação por cores prescrita pela SADC.

Tabela 5: Codificação por cor do Material Destinado a Combater os Efeitos de Calamidades

N.º	Categoria	Cor
1	Abrigo	Castanho
2	Vestuário	Roxo
3	Produtos Alimentares	Branco
4	Água	Azul
5	Medicamentos	Verde
6	Produtos Perecíveis	Laranja
7	Equipamento de Resgate	Vermelho

- b. O material deve ser fresco e não utilizado. Os artigos de segunda mão só podem ser enviados conforme determinado pela NDMA do país
- c. As embalagens podem ser de tamanho conveniente. Com os artigos de tamanho maior peletizados
- d. Uma embalagem pode conter apenas um tipo de artigo.

6.8. MONITORIZAÇÃO

Espera-se que o SHOC seja monitorizado pelo Secretariado da SADC relativamente à execução das metas e dos objectivos definidos para a época, incluindo a implementação do Plano Regional de Contingência para Situações de Riscos Múltiplos. Espera-se que sejam realizadas sessões regulares durante as quais o Secretariado apresentará aos Estados-Membros relatórios sobre o ponto de situação no que respeita a desastres na região e os progressos realizados.

6.9. AVALIAÇÃO

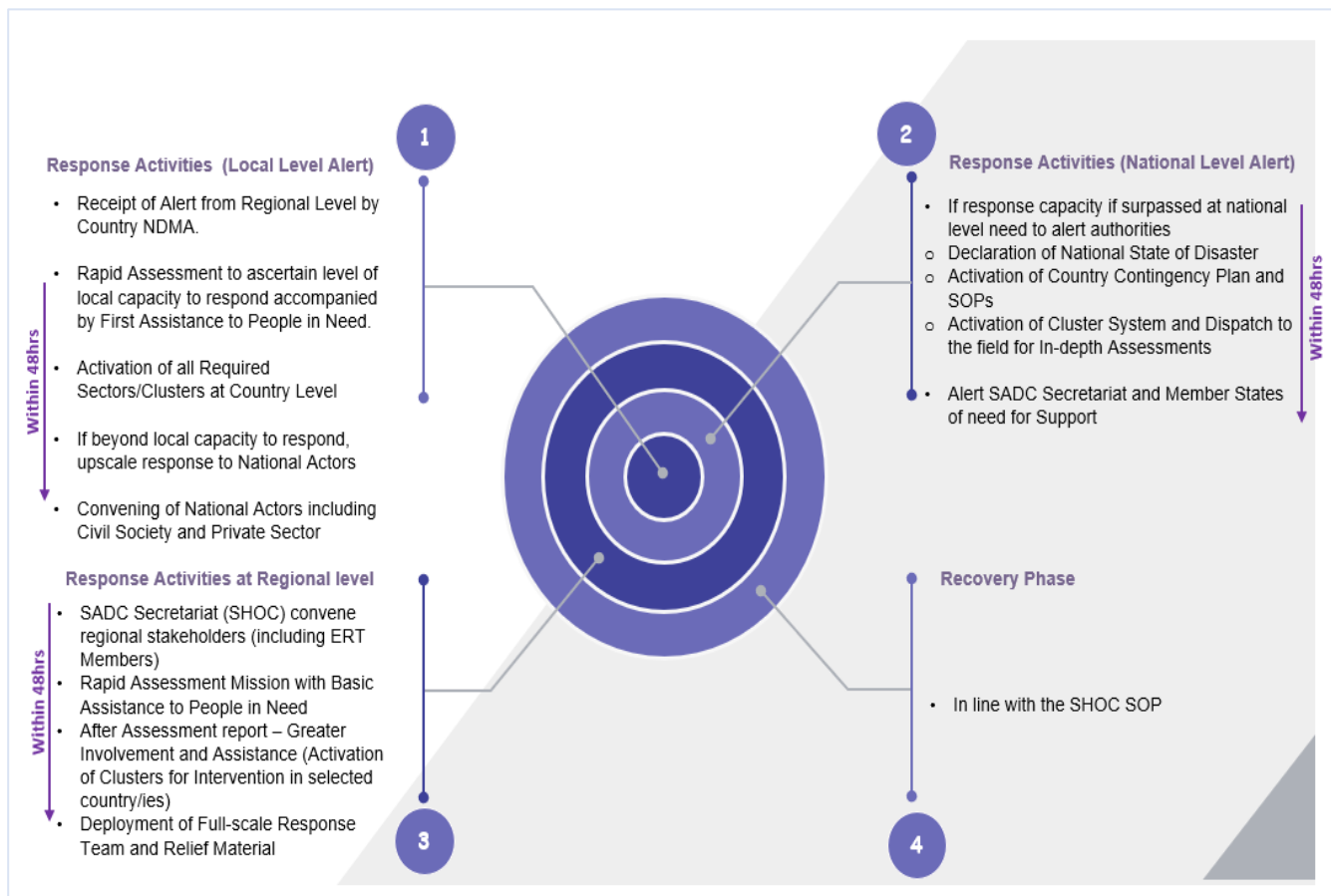
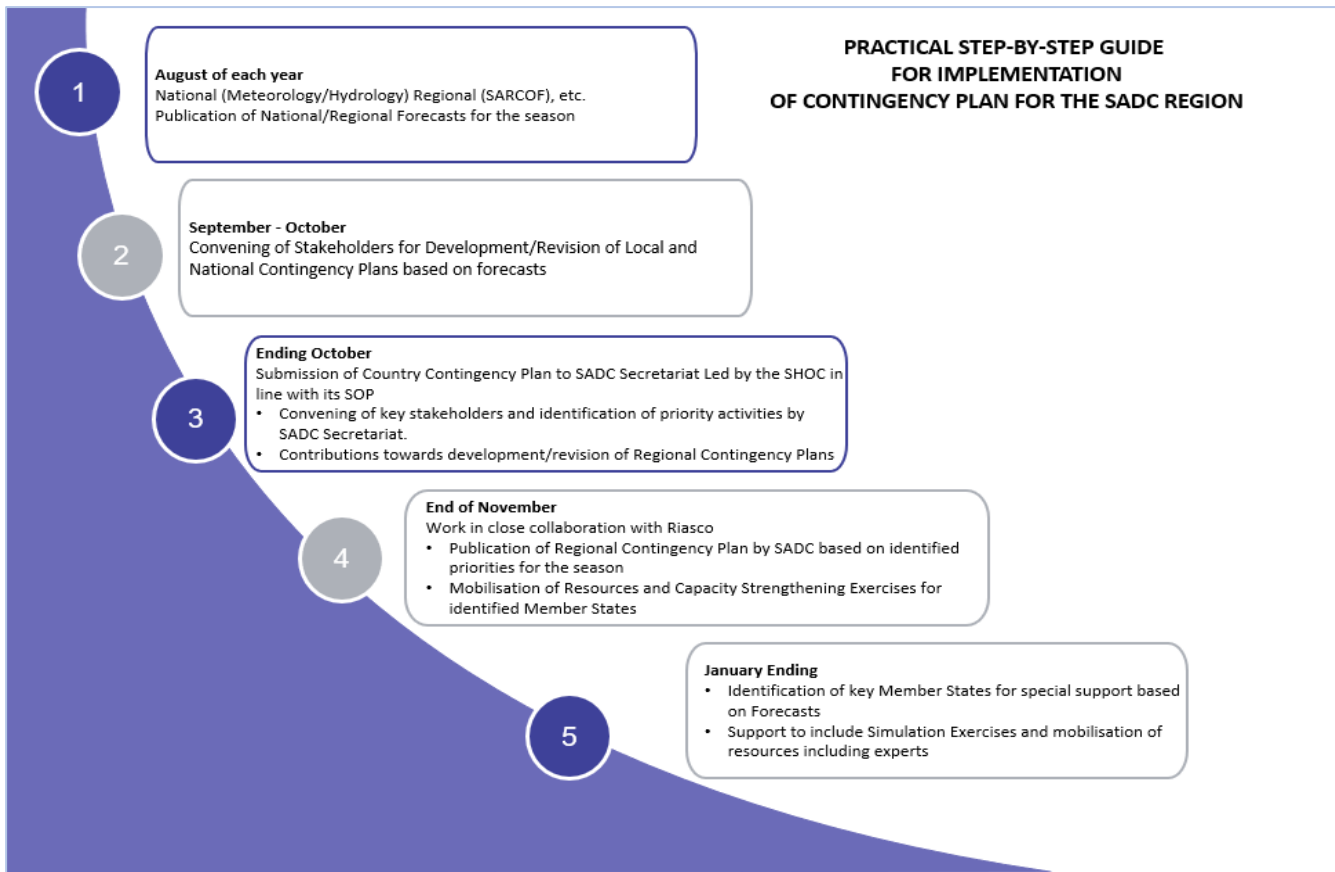
Embora o Quadro Regional vigore até 2030, espera-se que o Plano Regional de Contingência seja actualizado anualmente. Espera-se que, anualmente, a região também avaliará os progressos realizados ou não na implementação dos planos definidos, e de acordo com os objectivos e prioridades do Quadro de Sendai, do PoA e do RISDP da SADC.

7. GUIA PRÁTICO PASSO A PASSO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DA REGIÃO DA SADC

Actividades de Preparação	Prazo Limite	Notas de Orientação
Publicação de Previsões Nacionais/Regionais para a época	Agosto de cada ano	Nacional (Meteorologia/Hidrologia) Regional (SARCOF), etc.
Convocação das Partes Interessadas para o Desenvolvimento/Revisão de Planos de Contingência Locais e Nacionais com base nas previsões	Setembro - Outubro	
<ul style="list-style-type: none"> - A NDMA do país deve liderar o processo de acordo com as suas políticas e estratégias - Mobilização de Recursos para Resposta a todos os níveis do país - Organização de Exercícios de Simulação em preparação para calamidades antecipadas - Actividades de Preparação e Prevenção, incluindo a realocação da população vulnerável e o pré-posicionamento de bens de ajuda humanitária - Identificação de lacunas/áreas que necessitam de assistência para submissão ao Secretariado da SADC - Preparação das Equipas para destacamento a curto prazo 		
Submissão do Plano de Contingência do País ao Secretariado da SADC	Fim de Outubro	
<ul style="list-style-type: none"> - Convocação de partes interessadas-chave e identificação de actividades prioritárias pelo Secretariado da SADC - Contribuições para o desenvolvimento/revisão dos Planos Regionais de Contingência 		Liderado pelo SHOC em conformidade com as suas NEPs
Publicação, pela SADC, do Plano Regional de Contingência com base nas prioridades identificadas para a época	Final de Novembro	Trabalhar em estreita colaboração com RIASCO
Mobilização dos Recursos e Exercícios de Reforço das Capacidades para os Estados-Membros identificados	Fim de Janeiro	
<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos Estados-Membros-chave para apoio especial com base nas previsões - O apoio deve incluir Exercícios de Simulação e mobilização de recursos, incluindo especialistas 		
Actividades de Resposta (Alerta de Nível Local)		
Recepção de Alerta de Nível Regional pela NDMA do País	A qualquer momento	
Avaliação rápida para determinar o nível de capacidade de resposta local, acompanhada de Assistência Inicial às Populações Necessitadas	No prazo de 48 horas	
Activação de todos os Sectores/Clusters Necessários a Nível Nacional	48 horas após o envio do Relatório de Avaliação	

Caso a capacidade local não esteja à altura de responder, a resposta deve ser transferida aos Actores a Nível Nacional	48 horas após o envio do Relatório de Avaliação	
Convocação dos Actores Nacionais, incluindo a Sociedade Civil e o Sector Privado	No prazo de 48 horas após o envio do Relatório de Avaliação	
Actividades de Resposta (Alerta de Nível Nacional)		
Se a capacidade de resposta ultrapassar o nível nacional, é necessário alertar as autoridades	No prazo de 48 horas após o envio do Relatório de Avaliação	
<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de Estado Nacional de Calamidade - Activação do Plano de Contingência do País e das NEPs - Activação do Sistema de Cluster e Envio de Equipas ao terreno para Avaliações Aprofundadas 	Conforme decisão das Autoridades do Estado	
	No prazo de 48 horas após a emissão da Declaração	
Alertar o Secretariado da SADC e os Estados-Membros da Necessidade de Apoio	No prazo de 48 horas após a emissão da Declaração	
Actividades de Resposta a Nível Regional		
O Secretariado da SADC (SHOC) convoca as partes interessadas regionais (incluindo os membros de ERT)	No prazo de 48 horas após a recepção do alerta	
<ul style="list-style-type: none"> - Missão de Avaliação Rápida com Assistência Básica às Pessoas Necessitadas - Após o Relatório de Avaliação – Maior Envolvimento e Assistência (Activação de Clusters para Intervenção em país(es) seleccionado(s)) - Implantação de Equipa de Resposta à Escala Integral e Material de Apoio 	Dentro de 48 horas após a reunião das partes interessadas	
Fase de Recuperação		
Em harmonia com as NEPs do SHOC		

**PRACTICAL STEP-BY-STEP GUIDE
FOR IMPLEMENTATION
OF CONTINGENCY PLAN FOR THE SADC REGION**



ANEXO 2: LISTA DE REFERÊNCIAS

1. A Staged Approach to Assess, Plan and Monitor Capacity Building, AusAid, 2006
2. Brookings.edu/blog/africa-in-focus/2017/06/07/fall-armyworm-outbreaks-in-the-sadc-region-how-to-respond/
3. Capacity Development, UNDP Practice Note, October 2008
4. CDC Africa, <https://africacdc.org/covid-19>
5. Ciwaprogram.org/wp-content/uploads/SADRI_Drought_Resilience_Profile_SADC.pdf
6. COVID-19 SADC Economy Report – 2020
7. Disaster Management Report 2011, NCDM, January 2012
8. Drought Resilience Profile Botswana – EU Commission 2021
9. Drought Resilience Profiles Namibia
10. Drought Resilience Profile SADC – EU Commission 2021
11. Drought Resilience Profiles – South Africa
12. Drought Resilience Profiles | Tanzania
13. FAO, FSNWG, NEPAD, OCHA, 23 Nov 2020
14. Few.net 2021
15. FEWS NET SADC, 1 Mar 2021
16. Fitchett, 2018 Fitchett, Jennifer (2018). Recent emergence of CAT5 tropical cyclones in the South Indian Ocean. South African Journal of Science. 114. 10.17159/sajs.2018/4426.
17. Flood Damage Emergency Reconstruction Project, Preliminary Damage and Loss Assessment, ADB, March 2012
18. Global Forest Watch
19. Humanitarian Response 2017
20. Humanitarian Response Forum (HRF) Action Plans – draft
21. Institutional Assessment and Capacity Development, European Commission, 2005
22. Interagency Contingency Planning Guidelines for Humanitarian Assistance, 2007
23. IPC RD Congo, 2020
24. Mishra et. al., Compound natural and human disasters: Managing drought and COVID-19 to sustain global agriculture and food sectors, Science of the total Environment, Feb 2021
25. Namibia Meteorological Service, 2013
26. Natural Hazards, Unnatural Disasters: The Economics of Effective Prevention, World Bank, 2011
27. Report on Disaster Management Work in 2011 and Objectives in 2012, NCDM, January 2012
28. The National Multi Hazard Contingency Plan, Swaziland, 2012
29. Thinkhazard.org
30. United Nations Disaster Assessment and Coordination Team (UNDAC) Assessment Report, UNDAC, March 2009
31. SADC, 2020 <https://www.aljazeera.com/news/2020/7/28/nearly-45-million-people-food-insecure-in-southern-africa>
32. SADC CLIMATE SERVICES CENTRE (SEASONAL DROUGHT ADVISORY) – 2018
33. SADC News 2020
34. SADC Regional Food Security Update 2020
35. SADC Regional Guideline For Forest Management 2018
36. SADC Regional Indicative Strategic Development Plan (RISDP) 2020–2030 (October 2020)
37. Southern African Development Community Vision 2050
38. Ratolojanahary 2017
39. Relief Web 2017
40. Relief Web 2021
41. Relief Web 2022
42. Relief Web Southern Africa: Cyclone Idai Snapshot, 2019
43. Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP)
44. Vários documentos e relatórios organizacionais não publicados
45. OMS, 2020

SADC Headquarters
Plot No. 54385
Central Business District
Private Bag 0095
Gaborone, Botswana
Tel: +267 395 1863
Fax: +267 397 2848
Email: registry@sadc.int
Website: www.sadc.int

@2023 SADC Secretariat